



MANIFESTO DE LANÇAMENTO

O Fórum Baiano em Defesa do Serviço Público, criado no dia 6 de janeiro deste ano, possui caráter suprapartidário, é composto por sindicatos, associações, movimentos organizados representativos, servidores públicos federais, estaduais e municipais, e é um instrumento em defesa da prestação de serviços públicos gratuitos à população. Este fórum é plural, estando aberto à participação de todos e todas que compreendam a importância de defender a prestação dos serviços públicos gratuitos e de qualidade à população do nosso País.

O lançamento oficial acontecerá no dia 31 de julho às 16 horas, na Plataforma virtual ZOOM, transmitido pelo Canal do SINDFISCO no YouTube.

A História mostra que a divisão no seio da classe é o principal fator das derrotas impostas a ela, e por isso insistimos em manter a unidade como única forma de atuarmos na conjuntura com capacidade de influenciá-la em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras. O desmonte dos serviços gratuitos representará o abandono total de proteção a todos que deles necessitam. Só terá assistência quem puder pagar por ela. A população do nosso País tem direito e precisa do SUS, de escolas, de segurança pública, de assistência judicial, proteção dos direitos, fiscalizações em geral e em especial sobre remédios e alimentos, pesquisas em várias áreas etc., feitos gratuitamente.

É preciso auditar o orçamento público para impedir o desvio dos recursos para banqueiros sob argumento de pagar uma dívida pública fraudulenta. É urgente esclarecer à opinião pública que esse confisco é ilegal e que o desmonte da estrutura pública tem por objetivo principal destinar para os banqueiros também o parco recurso que hoje alimenta a assistência gratuita à população.

Reforçamos a necessidade de todos os movimentos organizados, trabalhadores formais, autônomos, instituições religiosas, representações de classe, aposentados, estudantes se somem a essa luta, multiplicando a capacidade desse fórum o potencializando e capilarizando em todo o Estado para barrar esse crime de lesa pátria que é o desmonte dos serviços públicos.

Salvador, 15 de julho de 2020